

# Cultura política e democracia: resultados empíricos sob a perspectiva local\*

*Political Culture and Democracy:  
empirical results under the local perspective*

**Éder Rodrigo Gimenes**<sup>\*1</sup>

**Palavras-  
chave:**

Cultura política;  
Democracia;  
Apoio difuso;  
Apoio específico;  
Maringá.

**Resumo:** O Brasil encontra-se atualmente no segundo período de transição democrática, após a experiência autoritária ocorrida no século passado. O novo regime tem dado sinais positivos de desenvolvimento, experimentando outras formas de participação para além do voto, como orçamentos participativos, audiências públicas, conselhos gestores e plebiscitos, por exemplo. Apesar disso, pesquisadores identificaram em suas pesquisas diferentes níveis de adesão ao regime democrático no Brasil, com distinção entre o apoio à democracia em termos abstratos e avaliativos. Em geral, esses pesquisadores têm verificado que a incorporação de valores abstratos pró-democracia tem se disseminado na sociedade nacional, ao mesmo tempo em que as avaliações sobre o seu funcionamento concreto têm se mostrado negativas. Se a existência dessa incongruência na população em geral pode ser interpretada como causa potencial de instabilidade política no médio e longo prazos, supomos que os seus efeitos sejam ainda mais relevantes quando se verifica entre aqueles que podemos chamar de elites políticas. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo verificar a existência desse hiato entre o apoio difuso e o apoio específico à democracia entre indivíduos pertencentes a um segmento da elite não-estatal e aos eleitores do município de Maringá (PR), com vistas à compreensão de seus valores acerca do referido regime e da identificação de concordância ou discrepância em relação a amostras nacionais, regionais e locais quanto a essa incongruência. Os resultados apontaram culturas políticas diferentes entre as amostras, com destaque ao *status* social e mobilização cognitiva dos indivíduos que pertencem ao segmento de elite não estatal municipal.

---

\* Artigo recebido em 14/01/2014 e aprovado para publicação em 20/07/2014. Agradeço aos pareceristas do *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais* (CADECS) pelas observações e sugestões, que em muito contribuíram para a melhoria deste texto.

<sup>\*1</sup> Doutorando em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [eder.mestrado@gmail.com](mailto:eder.mestrado@gmail.com).

**Keywords:**

Political culture;  
Democracy;  
Diffuse support;  
Specific support;  
Maringá.

**Abstract:** *Brazil is currently in the second period of democratic transition after the authoritarian experience occurred in the past century. The new regime has shown positive signs of development, experiencing other forms of participation other than voting, such as participatory budgets, public hearings, management councils and plebiscites, for example. Despite this, researchers identified in their research different levels of adherence to democratic regime in Brazil, with distinction between support for democracy in the abstract and evaluative measures. In general, these researchers have found that the incorporation of abstract values pro-democracy have spread between the national society, while the evaluations on their performance concrete has been shown to be negative. If the existence of this incongruity between the general population can be interpreted as a factor of political instability in the medium and long term, we assume that the effects are even more relevant when there is between what we might call the political elites. In this sense, this article aims to verify the existence of this gap between diffuse support and specific support for democracy among individuals belonging to a non-state segment of elite and to electorate of Maringá (PR), with a view to understanding their values about scheme and the identification of agreement or disagreement with respect to sample national, regional and local about this incongruity. The results showed different political cultures between the samples, with emphasis on social status and cognitive mobilization of individuals who do belong to the non-state elite segment of the city.*

**Considerações iniciais**

Nas últimas décadas, os países latino-americanos têm experimentado mudanças significativas em seu desenvolvimento econômico, político e social. Dentre os vários enfoques presentes nas investigações sobre a consolidação dos regimes democráticos, destaca-se o crescente interesse pela análise da relação entre as orientações políticas subjetivas dos indivíduos e o funcionamento desse sistema. Nesse contexto, o Brasil, assim como outros submetidos no século passado a regimes autoritários, tem vivenciado apenas nas últimas décadas a experiência democrática, de modo que o termo jovem democracia se aplica com propriedade ao atual contexto nacional.

Autores como Moisés (1995; 2005) e Ribeiro (2011) identificaram em suas pesquisas diferentes níveis de adesão ao regime democrático no Brasil, com distinção entre o apoio à democracia em termos abstratos, de um lado, e avaliativos, de outro, o que constituiria um *gap*, conforme termos e

medidas definidas por Easton (1975). Segundo esse último autor, o primeiro nível de adesão, também tratado como normativa ou difusa, se refere aos valores dos indivíduos acerca do sistema, ao passo que o segundo, por vezes destacado como específico, trata da avaliação dos indivíduos quanto ao desempenho de instituições e autoridades.

Ainda são incertos os efeitos concretos desse descompasso sobre o sistema político como um todo no médio e longo prazos, mas desde já esse fenômeno merece a atenção da Ciência Política, pois é plausível supor que sucessivas avaliações negativas sobre o funcionamento concreto das instituições e da atuação dos seus operadores não devem impactar positivamente as chances de consolidação e aprofundamento de jovens democracias. Adicionalmente, nos parece plausível supor que esses efeitos ainda não totalmente compreendidos podem ser ainda mais relevantes quando desviamos nosso olhar para grupos específicos de cidadãos que ocupam papel de destaque nos processos políticos nacionais e regionais.

Tais constatações se dão em virtude de pesquisas desenvolvidas tanto nacional quanto internacionalmente, por institutos como o LAPOP, Latinobarómetro e *World Values Survey* (WVS). Sobre tais pesquisas, é importante salientar que apesar de o Brasil ter sido incluído em alguns importantes estudos internacionais sobre o tema, como as análises se dão sempre no nível agregado, não existem considerações sobre eventuais singularidades da situação nacional e menos ainda sobre o comportamento de grupos de indivíduos no que se refere ao tema.

Considerando esse cenário, o presente artigo tem por objetivo identificar os padrões de democratismo no eleitorado e na elite não estatal do município de Maringá (PR), com vistas à comparação da cultura política de ambos os grupos, a fim de verificar se seus valores pró-democráticos são consonantes e em que medida. Para tanto, utilizamos os bancos de dados decorrentes das pesquisas *Cultura política e elites não estatais* (GIMENES; RIBEIRO, 2012) e *Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (ALMEIDA; RIBEIRO; GIMENES, 2014).<sup>1</sup>

## **Cultura política e democracia**

No âmbito das Ciências Sociais, parte da literatura defende que a democracia resulta do equilíbrio entre diferentes forças políticas, de modo

---

<sup>1</sup> O detalhamento técnico sobre a composição das amostras, questionários completos e demais informações das pesquisas encontram-se no portal do Consórcio de Informações Sociais (CIS) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), conforme referências listadas no fim do texto.

que fatores econômicos e institucionais seriam suficientes para explicar de maneira convincente a dinâmica das democracias, em detrimento da relevância dos traços culturais e religiosos dominantes na análise da durabilidade do referido regime (PRZEWORSKI, 1994). Em contrapartida, há autores que sustentam a ideia de que apenas instituições e procedimentos não são suficientes para alcançar a estabilidade democrática, uma vez que as crenças e valores dos cidadãos são relevantes à consolidação do regime (DIAMOND, 1994; MOISÉS, 2005; AMORIM, 2006).

A preocupação com determinantes culturais dos fenômenos políticos não é recente. O marco de institucionalização das pesquisas sobre o assunto foi o pioneiro estudo *The Civic Culture* (1989 [1963]), de Almond e Verba, cuja tentativa de construção de uma conexão entre variáveis individuais e estruturas políticas estabeleceu um programa de pesquisas que tem envolvido atualmente um número crescente de investigadores. Os autores defenderam que o sucesso de um sistema político depende em grande medida da existência de um grau significativo de congruência entre as instituições concretas e os valores, crenças e atitudes políticas partilhadas pelos cidadãos.

Nas décadas de 1980 e 1990, autores como Inglehart (1988) e Putnam (1996), que compuseram a segunda geração de autores culturalistas, recuperaram as idéias principais da obra em destaque. Numa crítica ao predomínio da abordagem da escolha racional, baseada em variáveis econômicas, Inglehart (1988) também reafirmou a relevância dos fatores culturais. Mesmo os fatores econômicos sendo politicamente importantes, as sociedades se caracterizam por diferentes atitudes políticas, que são duradouras, mas não imutáveis, com grande influência política e forte ligação com a viabilidade das instituições democráticas.

Dessa forma, em termos subjetivos é fundamental que ocorra a adesão dos indivíduos ao sistema político vigente. No caso das democracias, essa afirmação se torna ainda mais relevante, pois tal forma de governo pressupõe a existência de uma larga margem de legitimidade para funcionar adequadamente. Assim, caberia perguntar se existe uma hierarquia de importância entre as disposições individuais favoráveis ou contrárias dos distintos grupos que compõem uma mesma nação.

A maior parte dos estudos recentes que seguem a abordagem culturalista tem se mantido fiel à tradição estabelecida por Almond e Verba no que diz respeito à focalização de unidades nacionais, sem distinguir grupos ou subgrupos. Esses estudos têm sido realizados a partir de *surveys* nacionais e terminam por estabelecer um quadro da cultura política de uma sociedade como um todo. Ainda que a importância dessas investigações não

possa ser questionada, nos parece plausível supor que se os valores dos cidadãos comuns são relevantes, aqueles partilhados pelas elites sejam ainda mais importantes.

Mosca (1992 [1896]), Pareto (1984) e Michels (1982 [1911]) discorreram em suas obras sobre uma quase inegável demonstração histórica da existência de uma vanguarda que leva à frente as decisões políticas: as elites. Segundo tais autores, mesmo nos momentos em que é possível pensar num maior ativismo político por parte das massas, não se pode desconsiderar a existência de elites que conduzem as principais diretrizes do processo histórico.

Em se tratando das crenças de ativistas políticos, Dahl (1997) afirma que seria difícil que um regime dessa natureza pudesse vir a existir sem que uma camada politicamente atuante acreditasse nos méritos da democracia e rejeitasse fortemente as demais alternativas de caráter autoritário. Entendendo que pessoas diferentes provocam efeitos distintos em qualquer sistema político, o autor propõe como importante questão a identificação de quem alimenta quais crenças políticas e aponta que o conjunto dos valores das camadas politicamente mais atuantes e envolvidas com as atividades políticas pode ser um importante fator nos estudos sobre poliarquias, uma vez que tais indivíduos desempenham também papel fundamental nos processos de criação e difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma sociedade.

Considerados os argumentos dos autores anteriormente destacados, fica evidente que a cultura política da elite importa. Em consequência, seus valores importariam mais do que o da população em geral, pois são os seus membros que estão no comando do processo decisório e suas decisões afetam um leque grande de pessoas (GRYNSZPAN, 1996; LIMA; CHEIBUB, 1996; PERISSINOTTO *et al*, 2007; RIBEIRO; BOLOGNESI, 2008).

No entanto, Diamond (1994), em capítulo que discute as causas e efeitos da cultura política em alguns países, apesar de corroborar com o argumento de que os valores políticos das elites são importantes à democracia, não descarta a importância relativa da cultura política das massas, tanto que afirma que as crenças de tal grupo podem exercer um grau considerável de influência e pressão sobre ações das elites em determinadas situações em que a sociedade se mostre vigorosa e ao lado de um sistema partidário articulado, capaz de subsidiar arenas em que os indivíduos possam praticar a democracia, interiorizar os seus valores e limites e, desta forma, manter as elites responsáveis por conta do controle e avaliação a que estariam submetidas. Além disso, ainda segundo o autor, a cultura política das massas é relevante pelo fato de a composição da elite

política não permanecer estável ao longo do tempo.

### **Caracterização do eleitorado e do segmento de elite não estatal maringaenses**

A fim de analisar as medidas de apoio normativo e avaliativo à democracia na população maringaense e no grupo dos dirigentes de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL<sup>2</sup>) do município, faz-se relevante caracterizar ambos os grupos quanto às variáveis sexo, idade, escolaridade e renda, bem como com relação ao seu interesse por política, sentimento de eficácia política subjetiva e autoidentificação ideológica.

**Tabela 1:** Caracterização dos dirigentes de FASFIL e do eleitorado

Variáveis		Dirigentes	Eleitorado
Sexo (%)	Masculino	58,5	43,0
	Feminino	41,5	57,0
Idade (média em anos)	-	51	39
Escolaridade (%)	Sem instrução	-	1,3
	Até Ensino Fundamental completo	4,8	36,5
	Até Ensino Médio completo	15,9	41,4
	Até Ensino Superior completo	51,3	15,6
	Pós-Graduação	28,0	5,2
Renda familiar (%)	Sem renda	6,1	0,3
	Até 1 salário mínimo	3,6	4,1
	Acima de 1 até 3 salários mínimos	6,1	33,2
	Acima de 3 até 5 salários mínimos	8,5	19,5
	Acima de 5 até 10 salários mínimos	32,9	27,4
	Acima de 10 salários mínimos	42,6	15,5

<sup>2</sup> São muitas as definições acerca de tal grupo de entidades, como Terceiro Setor, sociedade civil organizada, organizações não-governamentais (ONGs), fundações privadas e associações sem fins lucrativos, dentre outros. Conforme levantamento produzido por Ripari (2010), em pesquisa acerca da análise do discurso e de inflexões do terceiro setor, existem mais de vinte diferentes denominações para o grupo de entidades cujos dirigentes foram alvos desta pesquisa. Diante das várias denominações e de seus diversificados conceitos, para a consecução da presente pesquisa optou-se pela utilização do termo jurídico empregado à tais entidades pelos órgãos e entidades vinculados ao Estado brasileiro. O termo FASFIL é utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas pesquisas intituladas *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*, cuja última edição foi divulgada em 2010, e na legislação federal que trata das fundações privadas e associações sem fins lucrativos.

Interesse por política (%)	Sem interesse	2,4	20,4
	Não muito interessado	3,7	26,5
	Um pouco interessado	56,1	43,4
	Muito interessado	37,8	9,7
Eficácia política subjetiva (média)	-	6,50	4,97
Autoposicionamento ideológico	Média	6,25	6,02
	Indicação de autoposicionamento (%)	100,0	83,2

n= 82; 309

**Fonte:** Bancos de dados *Cultura política e elites não estatais* (2012) e *Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (2014).

Com relação ao sexo, observou-se a predominância feminina dentre o eleitorado municipal, bem como a masculina entre os dirigentes de fundações e associações. Apesar de as mulheres ocuparem menos cargos diretivos em FASFIL, a maior parte dos envolvidos nos trabalhos desenvolvidos por tais entidades é do sexo feminino (TONELLA, 2004; 2011; GIMENES, 2011). O resultado encontrado, de homens ocupando mais posições de dirigentes, corrobora com o argumento de Ribeiro (2011a) quanto a sub-representação feminina nos meios políticos das democracias contemporâneas, já que estudos internacionais apontam desigualdade política entre homens e mulheres no cenário global.

Em se tratando da idade, a média para a população maringense é de 39 anos, com maioria dos entrevistados nas faixas entre 16 e 39 anos (51,9%). Já entre os dirigentes de FASFIL, a média de idade encontrada é de 51 anos e 57,6% dos respondentes acima de 50 anos. Verifica-se que entre os gestores de entidades sociais há um predomínio da presença daqueles de faixas etárias mais avançadas, o que pode ser explicado, em alguma medida, pelo argumento de Dahl (1997) acerca dos períodos de socialização dos indivíduos, uma vez que os cidadãos com maior idade foram submetidos à vivência não democrática do período militar, de modo que tal experiência tende a surtir efeito positivo sobre a valorização da participação democrática, ainda que por métodos indiretos,<sup>3</sup> como o engajamento em instituições sem fins lucrativos.

Escolaridade e renda são variáveis destacadas pela teoria da centralidade social, (MILBRATH, 1965), segundo a qual a intensidade de

<sup>3</sup> Destaque-se que 47,6% dos dirigentes de FASFIL entrevistados participa diretamente do processo de proposição, deliberação e implementação dos projetos sociais do município por conta de sua participação nos conselhos gestores vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania (GIMENES, 2011).

apoio ao regime e de participação dos indivíduos varia de acordo com a posição social dos mesmos. Tal teoria tem sido utilizada em pesquisas sobre cultura política e participação para grupos específicos (LÜCHMANN; BORBA, 2008; BORBA; RIBEIRO, 2012) e para populações nacionais, como as dos países latino-americanos (BORBA; RIBEIRO, 2011; 2012).

Os resultados referentes às variáveis apontam o maior refinamento cognitivo dos dirigentes de FASFIL em relação à população do município, bem como a aferição de maiores rendimentos familiares mensais. Cabe ressaltar que ambos os resultados apresentam grandes discrepâncias, uma vez que tanto o nível de escolarização quanto o de rendimentos dos gestores de entidades sociais apresentam concentrações nos pontos mais altos das respectivas escalas, ao passo que os valores relacionados ao eleitorado municipal ocupam majoritariamente os pontos centrais das referidas escalas.

No campo das atitudes e valores, o interesse por política se manifesta enquanto competência política individual, normalmente associada à chamada cultura cívica e potencialmente favorável ao democratismo (MOISÉS, 1992; ALBUQUERQUE, 1992; BALBACHEVSKY, 1992; DAHL, 1997; RIBEIRO, 2011).

Tanto no eleitorado quanto no grupo dos dirigentes maringaenses, a maioria dos respondentes se posicionou como “um pouco interessada por política”. Entretanto, a soma daqueles que declararam algum interesse e muito interesse revela maior competência política individual por parte dos gestores (93,9%) em relação aos eleitores (52,1%).

Com relação à manifestação de sentimento de capacidade de influenciar o cenário político, a variável eficácia política subjetiva, entendida nos termos de Almond e Verba (1989 [1963]), se faz relevante pelo fato de que indivíduos dotados de maior eficácia são também os que manifestam níveis mais elevados de democratismo.

Tomando por base uma escala em que 1 significa *pouca influência* e 10 significa *muita influência*, ambos os grupos foram questionados quanto ao seu entendimento sobre tal sentimento. No eleitorado, 13,6% não souberam se posicionar na escala, ao passo que as respostas dos demais entrevistados resultaram na média 4,97, indicativo de entendimento baixo a moderado de capacidade de influenciar decisões políticas, corroborado pela concentração da maior parte das respostas nos menores pontos da escala (58,4%).

Já entre os dirigentes, a média 6,5 e a maior concentração de casos nos maiores pontos da escala (69,1%) demonstram maior sentimento de eficácia política subjetiva, ainda que manifesto em medida moderada. O fato de atuarem de maneira associativa pode contribuir para o melhor entendimento por parte desses indivíduos de que é possível não apenas

atuar, mas também influenciar no cenário político em alguma medida, argumento reforçado pela inexistência de respondentes no segmento de elite que não souberam se posicionar na referida escala.

Além da relevância do interesse por política e da eficácia política subjetiva, alguns estudiosos têm identificado recentemente a existência de uma relação significativa entre posicionamento ideológico e variáveis atitudinais. Os resultados das pesquisas têm indicado que indivíduos com posicionamento ideológico mais à esquerda são mais democráticos que aqueles que se declaram à direita no espectro ideológico (ALBUQUERQUE, 1992; REIS; CASTRO, 1992; BALBACHEVSKY, 1992; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; GIMENES, 2011).

Os entrevistados foram apresentados a uma escala em que o ponto 1 indicava *esquerda* e o ponto 10 *direita*, na qual lhes foi solicitado que indicassem que ponto da escala se aproximaria mais de seu posicionamento ideológico. Tanto entre os eleitores em geral quanto entre os dirigentes, a maioria das respostas se concentrou nos pontos mais à direita da referida escala, com médias de 6,02 e 6,25, respectivamente. No entanto, faz-se salutar destacar que 16,8% dos eleitores não souberam se posicionar, situação que não se verificou entre os gestores e que permite inferir plena capacidade destes em se posicionar ideologicamente.

Diante da caracterização acima exposta, é possível inferir que o eleitorado maringaense é composto majoritariamente por mulheres e indivíduos mais jovens que aqueles pertencentes ao segmento de elite não estatal, cujo maior número de membros é do sexo masculino. Além disso, os níveis de escolaridade e renda familiar informados pelos eleitores são menores que os auferidos pelos gestores, indicando maiores refinamento cognitivo e possibilidade de despendimento de recursos financeiros por parte do segundo grupo.

Quanto às variáveis de competência política, os dirigentes de FASFIL apresentaram maior interesse por política que os maringaenses em geral, bem como maior capacidade de autoposicionamento nas escalas de eficácia política subjetiva e de identificação no espectro ideológico, o que permite inferir maior refinamento em termos de interpretação de valores relacionados à política pelo segmento de elite.

### **Apoio difuso à democracia**

O apoio difuso, também conhecido como adesão normativa, se refere às avaliações sobre o que um objeto é ou representa, ou seja, sobre seu sentido na visão do indivíduo (EASTON, 1975). Nestes termos, o apoio

difuso à democracia consiste num reservatório de atitudes favoráveis que auxiliam os cidadãos a aceitar ou tolerar ações às quais se opõem ou os efeitos que eles veem como prejudiciais aos seus desejos.

Uma de suas propriedades é a maior durabilidade em relação ao apoio específico, já que tal avaliação não sofre alterações em curtos intervalos de tempo. Desta maneira, a medida de apoio em questão normalmente independe do desempenho do sistema no curto prazo, de modo que não sofre variações extremas em função da insatisfação com o governo em um dado momento por conta de suas atitudes<sup>4</sup>, por exemplo.

Logicamente, os sentimentos de apoio difuso ao sistema democrático podem ser estimulados de forma dissociada dos benefícios relacionados ao desempenho das autoridades. Esse apoio, entretanto, pode também derivar da experiência, já que os indivíduos não se identificam com os objetos políticos apenas porque aprenderam a fazê-lo, mas também por aspectos críticos de seu processo de socialização.

Nesse sentido, a medida do apoio difuso à democracia no eleitorado e no segmento de elite não estatal maringuaenses se deu por meio da seleção de variáveis cujo objeto é a avaliação do regime em termos abstratos, como explanado por Easton (1975) e posteriormente utilizado em pesquisas por Moisés (1995; 2005) e Ribeiro (2011), em suas avaliações sobre a cultura política brasileira. Os resultados referentes a esse primeiro eixo da investigação tratam da adesão ao regime democrático em comparação com outros tipos de sistemas políticos, das características fundamentais da democracia apontadas pelos entrevistados e das suas percepções sobre distintas modalidades de participação política.

Em questão que solicitava a opinião dos entrevistados quanto à afirmação que mais se aproximaria de seu pensamento acerca de regimes políticos, tanto os eleitores quanto os dirigentes de FASFIL declararam considerar a democracia como melhor do que qualquer outra forma de governo, ainda que apresente alguns problemas. Os percentuais de apoio à democracia foram expressivos: 79 e 84,1%, respectivamente.

Os entrevistados responderam ainda a uma bateria de questões que trataram de medidas de avaliação subjetiva de sistemas políticos, por meio da classificação de quatro diferentes modelos hipotéticos, como *péssimo*, *ruim*, *bom* ou *ótimo*.

---

<sup>4</sup> Easton (1975) ressalta, no entanto, que um sistema pode ser capaz de se sustentar apenas baseado no apoio específico dos cidadãos, uma vez que sempre que o apoio difuso é baixo ou praticamente inexistente os benefícios advindos das ações das autoridades políticas podem ser capazes de fornecer uma base suficientemente favorável até a constituição de uma reserva a partir de atitudes aceitáveis (GIMENES, 2011).

**Tabela 2:** Avaliação de sistemas políticos pelo eleitorado (%)

Sistema	Péssimo		Ruim		Bom		Ótimo	
	Dirig.	Eleit.	Dirig.	Eleit.	Dirig.	Eleit.	Dirig.	Eleit.
Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições	43,9	23,8	37,8	32	18,3	35,3	-	8,9
Ter técnicos especializados ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país	4,9	5,6	18,3	18,9	53,7	51,5	23,2	24
Ter um governo militar	61	42,5	34,1	37	4,9	16,2	-	4,3
Ter um sistema político democrático	-	2,4	-	6,8	41,5	44,2	58,5	46,6

n= 82; 309

Onde: Dirig. = Dirigentes; Eleit. = Eleitorado

**Fonte:** Bancos de dados *Cultura política e elites não estatais (2012)* e *Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil (2014)*.

A Tabela 2 permite identificar rejeição a regimes autoritários e militar por conta da maior concentração de casos entre as avaliações *péssimo* e *ruim*, ao passo que mais de dois terços dos entrevistados avaliam positivamente um regime tecnocrático e pouco mais de 90% entende o sistema político democrático como *bom* ou *ótimo*.

Já entre os gestores de FASFIL evidenciou-se também o posicionamento negativo frente à possibilidade de um sistema político autoritário ou militar, uma vez que, somados os casos que avaliaram tais situações como péssimas e ruins, atinge-se os percentuais de 81,7 e 95,1 pontos, respectivamente. Em contrapartida, 76,9% dos entrevistados entendem que um sistema político tecnicista seria bom ou ótimo e a totalidade dos respondentes classifica o sistema político democrático como bom ou ótimo.

Uma vez que é possível inferir que a democracia é considerada a melhor forma de governo por ambos os grupos de entrevistados e identificar um elevado grau de adesão à democracia como melhor tipo de sistema político, pode-se buscar entender a que tipo de democracia tais indivíduos aderem. Para tanto, utilizamos variáveis geradas por um conjunto de questões que interrogavam os entrevistados sobre a relevância de algumas características para a constituição de um regime democrático. Considerando que em tal sistema muitas coisas são desejáveis, mas nem todas se constituem em características fundamentais, os entrevistados foram

questionados sobre a medida de entendimento quanto a relevância de algumas características à democracia, tomando por base uma escala em que 1 significa *não é uma característica fundamental da democracia* e 10 significa *é uma característica fundamental da democracia*.

**Tabela 3:** Características fundamentais da democracia (médias)

Característica	Dirigentes	Eleitorado
As mulheres têm os mesmos direitos que os homens.	8,59	8,69
O povo escolhe seus líderes em eleições livres.	8,84	8,37
Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão.	8,39	7,77
O povo pode mudar as leis pelo voto.	8,35	7,74
Os criminosos são severamente punidos.	6,39	6,62
O governo cobra impostos dos ricos e dá dinheiro aos pobres.	4,13	4,67
As Forças Armadas assumem o governo quando ele for incompetente.	4,24	4,55

n= 82; 309

**Fonte:** Bancos de dados *Cultura política e elites não estatais* (2012) e *Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (2014).

As médias apresentadas na Tabela 3 permitem inferir que, apesar de pequenas variações, o eleitorado e o segmento de elite não estatal maringauenses consideram em grande medida que igualdade de direitos para mulheres e homens, a possibilidade de escolha dos líderes por meio de eleições livres, a garantia de proteção dos direitos dos cidadãos contra a opressão e a oportunidade de alteração da legislação através do voto são características fundamentais da democracia. Entre ambos os grupos, as médias encontradas para tais afirmações foram altas, assim como as concentrações de casos nos pontos mais elevados da escala, superiores a 80% em todas as respostas.

A afirmação de que a punição severa dos criminosos seja uma característica fundamental da democracia retornou médias moderadas entre os eleitores e dirigentes, ao passo que a cobrança de impostos dos mais ricos para distribuição aos mais pobres e a possibilidade de as Forças Armadas substituírem um governo democrático diante da incompetência deste não foram consideradas características fundamentais do regime. A rejeição dessas duas afirmações pela maior parte dos entrevistados pode ser verificada pelas médias inferiores a 5 apresentadas na tabela.

Nos reportando especificamente aos dirigentes de FASFIL, cabe ressaltar que sua menor concordância frente à afirmação que relaciona

democracia a redistribuição de renda permite inferir que tais indivíduos são pouco simpáticos à esta forma de atuação social<sup>5</sup>, apesar de seu engajamento direto em entidades voltadas à promoção de políticas sociais no município. Tal resultado condiz com os argumentos de autores como O'Donnell (1999), Reis (2000) e Scalón (2007), os quais afirmam que, apesar de uma aparente preocupação com tais questões por parte da sociedade, os estudos acerca da avaliação da pobreza por grupos específicos, em especial aqueles de elites, apontam para a imutabilidade no quadro de ação social.

Para além dessa adesão geral à democracia, nos interessava também identificar com mais detalhe a posição dos grupos em relação à dimensão participativa dessa forma de governo, sobretudo focalizando algumas inovações institucionais relevantes no cenário nacional recente. Tal preocupação se justifica em virtude de que encerrada a discussão sobre o sufrágio universal e, posteriormente, superado o período da ditadura militar, o engajamento político dos indivíduos comuns no sistema democrático brasileiro foi alçado a outro patamar: a participação para além da escolha de representantes. Dentre outras ferramentas, tal revigoramento se deu pela implementação de Orçamentos Participativos (OPs) e conselhos gestores de políticas públicas.

Diante de tais inovações democráticas e ainda da possibilidade de realização de plebiscitos, tomando por base a mesma escala utilizada para a bateria de questões anteriores, os entrevistados foram questionados quanto à medida que concordam com algumas afirmações referentes a formas de participação política num regime democrático.

**Tabela 4:** Formas de participação política num regime democrático (médias)

<b>Afirmação</b>	<b>Dirigentes</b>	<b>Eleitorado</b>
Só há democracia se houver participação pelo voto.	8,64	7,67
Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas.	7,17	7,39
Só há democracia se houver participação por plebiscitos.	6,95	6,33
Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos.	6,73	6,28

<sup>5</sup> Pelo fato de esta pesquisa ser estritamente quantitativa e de ter tomado por base a bateria de questões aplicada por instituições internacionais como o WVS e o LAPOP, não foi possível identificar a motivação para tais respostas, o que pode vir a ser alvo de um estudo qualitativo posterior. Destaque-se, no entanto, que tal limitação não se constitui em impedimento à análise dos resultados encontrados e não prejudica sua interpretação. Sobre a visão dos dirigentes acerca da redistribuição de renda, vide discussão sobre o assunto, associado à pobreza e ação social por parte do Estado em Gimenes, Ripari e Ribeiro (2013).

Só há democracia se houver participação por conselhos gestores.	6,14	5,98
---	------	------

n= 82; 309

**Fonte:** Bancos de dados *Cultura política e elites não estatais* (2012) e *Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (2014).

A afirmação de que *Só há democracia se houver participação pelo voto* obteve a maior média entre ambos os grupos, indicativo da alta adesão entre o eleitorado e a elite não estatal maringaense à democracia representativa. As demais formas de participação apresentadas na bateria, em que os indivíduos podem atuar de maneira direta no processo democrático para além da escolha de representantes, obtiveram médias menores, porém todas também localizadas na metade à direita da escala, o que nos permite inferir uma maior propensão à concordância com a ideia de que só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas e ainda por plebiscitos, orçamentos participativos e conselhos gestores.

As médias apresentadas demonstram ainda que a maior preferência pelo voto enquanto instrumento democrático, contudo, não se constitui em negação às demais formas de participação, de modo que para os entrevistados ambas podem coexistir no sistema político democrático. Tal inferência corrobora o argumento de Urbinati (2010), de que representação e participação não são formas alternativas de democracia, mas modos correlatos que constituem o *continuum* da ação política.

Há que se considerar ainda as dificuldades inerentes à participação dos atores civis em instrumentos democráticos, como destacam Lüchmann e Borba (2008), Dombrowski e Parmigiani (2009) e Dombrowski (2010), que afirmam que o engajamento em conselhos gestores e OPs é prejudicado, principalmente, por três fatores: os custos imputados à participação, a linguagem técnica utilizada em tais espaços democráticos e a dificuldade de implementação das decisões deliberadas em tais reuniões.

Considerando os dados apresentados na presente seção, é possível inferir que tanto o eleitorado quanto o segmento de elite não estatal maringaenses aderem em forte medida à democracia, em termos normativos. No entanto, interessa ressaltar que os valores encontrados entre os dirigentes de entidades sociais denotam maior apoio ao referido regime. No que tange às características fundamentais e formas de participação política democráticas, os resultados encontrados também apontam uma semelhança entre os eleitores e gestores de entidades sociais, com pequeno destaque ao segundo grupo quanto à relevância atribuída aos diversos mecanismos participativos democráticos e à essencialidade das

principais características destacadas como fundamentais ao regime. Apesar de não muito expressivas, tais manifestações mais favoráveis ao democratismo corroboram o argumento de Dahl (1997) e dos autores elitistas acerca da diferenciação entre elites e massas no tocante à cultura política.

### **Apoio específico à democracia**

A singularidade do apoio específico à democracia, também chamado de adesão avaliativa, reside em seu relacionamento com a satisfação que os membros de um determinado sistema sentem em relação aos resultados percebidos e ao desempenho das autoridades políticas (EASTON, 1975). Assim, o apoio específico é direcionado às decisões políticas percebidas pelos indivíduos, sejam elas ações, declarações ou o estilo geral das autoridades.

Além disso, a aplicabilidade do conceito de apoio específico à democracia depende da validade da suposição de que as pessoas possam saber, ainda que vagamente, quais são suas necessidades, desejos e demandas e ainda sobre o comportamento das autoridades políticas, ou seja, os indivíduos devem ter a percepção de que a satisfação de suas necessidades e demandas pode ser associada às autoridades de alguma maneira (GIMENES, 2011).

Desta forma, o apoio específico se manifesta sob condições nas quais a cultura permite aos indivíduos ter a noção de que as autoridades podem ser responsabilizadas pelo que acontece na sociedade, de modo que este tipo de adesão varia conforme os benefícios percebidos ou satisfações. Quando estes declinam ou cessam, o apoio deve seguir o mesmo movimento.

Conforme discutido acima, a medida do apoio difuso à democracia entre o eleitorado e o segmento de elite não estatal maringuaenses se deu por meio da seleção de variáveis cujo objeto é a avaliação do regime em termos práticos (Easton, 1975). Os resultados referentes a essa segunda dimensão da investigação, a do apoio específico, tratam da percepção dos entrevistados sobre a forma como o Brasil está sendo governado atualmente, de sua avaliação do sistema político e da confiança que atribuem às instituições democráticas.

Em se tratando da avaliação do regime democrático, os entrevistados foram questionados primeiramente sobre o quanto acreditam que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje. Tomando por base uma escala em que 1 significa *nada democrático* e 10 significa *totalmente democrático*, os eleitores maringuaenses manifestaram média 6,06 de entendimento quanto à questão, ao passo que entre os dirigentes de FASFIL

a média atingiu 6,33. Apesar da diferença relativamente pequena entre as médias, cabe destacar que 7,1% dos eleitores não souberam responder à questão, fato que não se manifestou entre os gestores e que nos permite inferir que estes possuem maior clareza quanto à avaliação da vivência democrática no país atualmente.

Já em se tratando da avaliação do sistema político, esta consistiu em três questões acerca da forma como os inquiridos pensam o sistema político: há 10 anos atrás, no momento político atual e sua expectativa para daqui a 10 anos. Para tais avaliações foi utilizada uma escala em que 1 significa *muito ruim* e 10 significa *muito bom*.

**Tabela 5:** Avaliação do sistema político (médias)

Período	Dirigentes	Eleitorado
Há 10 anos atrás	4,28	4,70
Atual	4,32	5,47
Expectativa para daqui a 10 anos	6,61	6,70

n= 82; 309; 82

**Fonte:** Bancos de dados *Cultura política e elites não estatais* (2012) e *Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (2014).

Os resultados demonstram que a maior discrepância entre as avaliações dos grupos consiste no momento atual, sendo que entre os dirigentes de entidades sociais é praticamente inexistente o entendimento de que houve melhoria no sistema político brasileiro na última década.

Apesar de tal visão pouco otimista por parte dos gestores de FASFIL, as médias referentes à expectativa quanto ao sistema político daqui a uma década são muito próximas, o que permite inferir que ambos os grupos depositam sentimentos otimistas quanto a melhorias no cenário político nacional. Nesse sentido, de maneira contrária à relação entre o sistema político na atualidade em comparação com a década passada, em termos de perspectiva para o futuro os membros da elite são mais esperançosos que os eleitores maringauenses em geral, uma vez que a expectativa manifestada por aquele grupo diz respeito a um avanço superior a 50% na média da escala de avaliação.

Ainda que não existam evidências empíricas consistentes sobre os efeitos da desconfiança institucional sobre a legitimidade democrática, julgamos plausível supor que o persistente desencanto com as principais instituições democráticas seja prejudicial à estabilidade do regime em países onde a democracia se encontra menos fortalecida por conta do breve período de sua implantação e que, por conseguinte, possuem reservatórios

de legitimidade menores. Desta forma, níveis elevados de desconfiança se constituiriam em indicadores de risco à democracia (MOISÉS, 2005; SELIGSON; BOOTH; GÓMEZ, 2006; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; RIBEIRO, 2009; 2011a).

Nesta pesquisa, os dirigentes foram questionados quanto à medida que confiam nos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e em partidos políticos. Para tanto, foi utilizada uma escala de confiança com as seguintes medidas: não confia, confia pouco, confia em parte e confia totalmente. Por se tratar de valores de indivíduos inseridos num cenário local pertencente a um país em que a democracia foi restaurada há cerca de três décadas, a análise dos resultados relacionados aos níveis de confiança manifestados pelos entrevistados se deu conforme o argumento de que níveis elevados de desconfiança se constituem em potenciais problemas ao regime democrático.

**Tabela 6:** Confiança em instituições democráticas (%)

Instituição	Não confia		Confia pouco		Confia em parte		Confia totalmente	
	Dirig.	Eleit.	Dirig.	Eleit.	Dirig.	Eleit.	Dirig.	Eleit.
Sistema Judiciário	7,3	16	20,7	30	68,3	45,3	3,7	8,7
Governo Federal	6,1	14,2	32,9	35,3	62,2	44,3	4,9	6,2
Governo Estadual	9,8	13,6	29,2	39,2	57,3	42,4	3,7	4,8
Governo Municipal	4,9	17,5	31,7	36,2	59,7	39,8	3,7	6,5
Congresso Nacional (Câmara e Senado)	13,4	26,5	52,4	36,6	31,8	34	2,4	2,9
Assembleia Legislativa Estadual	15,9	27,5	48,8	36,4	34,1	34,8	1,2	1,3
Câmara dos Vereadores	18,3	37	43,9	36,2	36,6	24,9	1,2	1,9
Partidos políticos	15,9	36,5	52,4	32,9	30,5	29	1,2	1,6

n= 82; 309; 82

**Fonte:** Bancos de dados *Cultura política e elites não estatais* (2012) e *Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil* (2014).

Os dados apresentados na Tabela 6 evidenciam que tanto os eleitores quanto os dirigentes depositam confiança parcial nos Poderes Judiciário e Executivo e pouca confiança no Poder Legislativo e nos partidos políticos. Destaque-se que os membros da elite confiam mais que o eleitorado em todas as instituições democráticas analisadas, ainda que tais medidas se manifestem nos pontos menos positivos da escala utilizada a análise. Tal resultado permite inferir que o cenário maringense replica a expectativa teórica de que ativistas políticos possuem valores mais aderentes ao democratismo.

Considerando os dados expostos nesta seção, é possível inferir que tanto o eleitorado quanto o segmento de elite não estatal maringuaenses aderem em medida moderada à democracia, em termos avaliativos. Contudo, assim como observado com relação à adesão normativa, os resultados encontrados entre os dirigentes de entidades sociais denotam maior apoio ao referido regime, uma vez que tais indivíduos souberam se posicionar com maior eficiência com relação à avaliação do governo democrático no Brasil, expuseram maior expectativa de melhoria no sistema político para a próxima década e declararam depositar mais confiança nas principais instituições democráticas, em comparação com o eleitorado do município. Tais resultados, mais uma vez, nos parecem confirmar o argumento de Dahl (1997) acerca da diferenciação entre os valores políticos de ativistas e não ativistas, com maior refinamento em se tratando de apoio ao democratismo por parte dos primeiros.

### **O gap em perspectiva comparada**

Os resultados apresentados nas seções anteriores demonstram maior adesão ao democratismo pelos dirigentes de entidades sociais do que por parte do eleitorado maringuaense em ambos os níveis de apoio. A partir da comparação entre os dados, é possível verificar ainda que ambos os grupos declararam forte apoio à democracia em sentido normativo (apoio difuso) e adesão moderada em termos avaliativos (apoio específico), o que nos permite inferir que tanto no eleitorado quanto na elite não estatal maringuaense foi identificado um gap, nos termos definidos por Easton (1975).

Tal constatação corrobora com resultados de pesquisas anteriormente realizadas com a população nacional (MOISÉS, 1995; 2005; RIBEIRO, 2011) e da Região Metropolitana de Maringá (TONELLA, 2008) e ainda com aqueles decorrentes de pesquisas dedicadas exclusivamente à cultura política de segmentos da elite nacional (LIMA; CHEIBUB, 1996), estadual (PERISSINOTTO *et al.*, 2007) e regional (TONELLA, 2011).

Considerando bancos de dados produzidos por institutos de pesquisas internacionais (WVS, 2006; LATINOBARÓMETRO, 2007; LAPOP, 2010), nos propomos à comparar os níveis de adesão ao democratismo manifestados pelo eleitorado e os dirigentes de FASFIL maringuaenses com a população nacional.

O apoio normativo expresso pelos brasileiros se expressa medida um pouco inferior àquela encontrada entre os grupos analisados, com percentual próximo a 75% (LATINOBARÓMETRO, 2007). Com relação à avaliação de

sistemas políticos, os brasileiros manifestaram repudiaram apenas o governo militar em percentual expressivo, mas declararam considerar bom ou ótimo, além da democracia e do sistema tecnocrata (destacado pelos grupos maringenses), também o governo autoritário (WVS, 2006).

Com relação às características fundamentais da democracia, os resultados encontrados para a população nacional se assemelham àqueles verificados entre o eleitorado e a elite maringense, com maior entendimento de que são importantes ao regime direitos iguais entre homens e mulheres, eleições livres para a escolha dos líderes, proteção da liberdade de expressão e a possibilidade de mudança da legislação por meio do voto (WVS, 2006).

Quanto às questões relacionadas ao apoio específico à democracia, a média encontrada para a questão acerca do quanto os brasileiros acreditam que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje foi 6,19, próxima àquelas apresentadas entre o eleitorado e a população municipal. Já a avaliação do sistema político pelos cidadãos nacionais apresentou médias inferiores àquelas identificadas entre os grupos maringenses, ainda que seja possível identificar a tendência positiva quanto à expectativa de melhoria das práticas democráticas para a próxima década (WVS, 2006).

Com relação à confiança em instituições democráticas, os surveys detectaram que os brasileiros não confiam ou confiam pouco no Congresso Nacional e nos partidos políticos e atribuem alguma confiança ao Poder Judiciário e ao Governo Federal (WVS, 2006, Latinobarómetro, 2007; LAPOP, 2010), o que implica em menos confiança que aquela inferida pelos grupos maringenses.

Tais resultados demonstram que as medidas de apoio à democracia entre a população nacional são menos consistentes que aquelas apresentadas pelo eleitorado e pelo segmento de elite não estatal maringense, ainda que entre estes grupos haja uma diferenciação quanto à mensuração da adesão.<sup>6</sup>

Em termos gerais, os resultados encontram-se em conformidade com a teoria da centralidade social, iniciada por Milbrath (1965), segundo a qual “a intensidade da participação varia conforme a posição social do indivíduo porque, quanto mais central, do ponto de vista da estrutura social, maior a participação e maior o senso de agregação” (AVELAR, 2004, p. 229). Além disso, a escolarização e os rendimentos financeiros dos indivíduos compõem

---

<sup>6</sup> As últimas ondas dos *surveys* empreendidos pelo WVS (2006), Latinobarómetro (2007) e LAPOP (2010) que incluíram o Brasil não continham bateria de questões relacionadas às formas de participação política. Gimenes (2011) apresenta uma análise mais detalhada acerca do conjunto de resultados dessas pesquisas.

também pontos centrais do modelo do *status social*, de Verba e Nie (1972), segundo o qual tais variáveis, somadas ao tempo livre do cidadão, determina sua participação política.

Por fim, consideradas as variáveis relacionadas ao refinamento político dos indivíduos (interesse por política e identificação no espectro ideológico) em conjunto com escolaridade e renda, nos reportamos à teoria de mobilização cognitiva de Dalton (2008; 2013), segundo a qual os recursos cognitivos e políticos determinam o nível de participação dos cidadãos, de modo a promover diferenciações entre eleitores comuns e aqueles mais engajados, como os dirigentes de FASFIL maringenses.

### **Considerações finais**

Inspirados pelo argumento de que um dos problemas a ser enfrentado para a consolidação das jovens democracias é a incongruência entre adesão normativa e adesão avaliativa à democracia por parte dos cidadãos, buscamos identificar e comparar entre si o apoio ao democratismo entre o eleitorado e a elite não estatal sob a perspectiva local do município de Maringá (PR).

Os resultados demonstram sobrerrepresentação masculina entre os dirigentes de FASFIL, que, em média, são mais velhos, mais escolarizados e possuem maior renda familiar que o eleitorado maringense. Além disso, a elite possui maior refinamento em termos de competência política.

Com relação aos diferentes níveis de adesão à democracia, ambos os grupos apresentaram alta medida de apoio normativo e moderada medida de apoio avaliativo, o que nos permitiu constatar que o *gap* destacado pela literatura se verifica também entre a cultura política do eleitorado e da elite não estatal do município. Entretanto, é importante ressaltar que tais grupos aderem ao democratismo de maneira mais expressiva que a população brasileira.

Por fim, cabe destacar ainda o relacionamento entre identificação ideológica e escolaridade com as medidas de apoio à democracia entre os dois grupos analisados e ainda a associação entre renda familiar e democratismo no eleitorado.

Mais do que encerrar uma discussão, essas constatações nos parecem um ponto de partida para novos estudos. Considerando que um dos problemas enfrentados para a consolidação da democracia é a discrepância entre a adesão normativa e a avaliativa, nos questionamos sobre quanta participação seria necessária ou qual a qualidade desta para que os indivíduos apoiem a democracia em termos específicos em medidas mais

próximas àquelas do apoio difuso que manifestam, a ponto de minimizar o *gap* existente, nos dias atuais, entre as duas formas de apoio.

Tal questionamento se constitui numa proposta de pesquisa com vistas à identificação de possibilidades de melhoria da adesão e, por conseguinte, da consolidação e fortalecimento do sistema democrático, baseadas no refinamento da cultura política dos cidadãos, uma vez que o aumento do apoio específico à democracia implica a elevação da reserva de legitimidade do regime.

Nesse sentido, apesar da maior atenção a ser dispensada aos membros da elite, que conduzem os processos políticos, também se faz relevante o cuidado com o eleitorado como um todo, uma vez que cabe às massas a legitimação das instituições e do poder daqueles que ocupam posições de mando no sistema político. Com isso, ambos os níveis de adesão à democracia podem se tornar tão fortes quanto estáveis, de modo que *gap* entre o apoio normativo e o avaliativo não se constitua em ameaça ao regime.

## Referências

- ALBUQUERQUE, J. A. G. de. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. *Revista Lua Nova*, n. 26, p. 53-79, 1992.
- ALMEIDA, C. C. R.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, E. R. *Banco de dados Cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais, 2014. Disponível em: <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/DetalheBancoDados.aspx?cod=B490>>. Acesso em: 11 abr. 2014.
- ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].
- AMORIM, M. S. S. de. *Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná*. 2006. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/UNESP, 2004.
- BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Revista Lua Nova*, n. 26, p. 133-165, 1992.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Orçamento Participativo e cultura política: explorando as relações entre inovação institucional, valores e atitudes políticas. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 13-

- 44, 2012.
- \_\_\_\_\_. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 95-118, 2011.
- DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 5. ed. Washington, DC: CQ Press, 2008.
- DIAMOND, L. *Causes and effects*. In: \_\_\_\_\_. *Political culture and democracy in developing countries*. London: Lynne Rienner, 1994.
- DOMBROWSKI, O. "O povo não participa!" Um ensaio sobre o absenteísmo. In: Seminário Nacional/Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia; 3/1, 2010. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 787-797, 2010.
- DOMBROWSKI, O.; PARMIGIANI, J. Não quero saber dos seus conselhos: considerações sobre a nossa democracia participativa. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 4, 2009. *Anais...* Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.
- EASTON, D. *A re-assessment of the concept of political support*. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.
- GIMENES, E. R. *Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR)*. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. *Banco de dados Cultura política e elites não estatais*. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais, 2012. Disponível em:  
<<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/DetalheBancoDados.aspx?cod=B466>>  
. Acesso em: 11 dez. 2012.
- GIMENES, E. R.; RIPARI, A.; RIBEIRO, E. A. Desigualdade, pobreza e ações do Estado: a visão de elites políticas não-estatais. *Revista Mediações*, v. 18, n. 1, p. 292-317, 2013.
- GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41, p. 35-83, 1996.
- INGLEHART, R. *The renaissance of political culture*. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.

- LATIN American Public Opinion Project. *Banco de dados*, 2010.
- LATINOBARÓMETRO. *Banco de dados*, 2007.
- LIMA, M. R. S. de, CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.
- LÜCHMANN, L. H. H.; BORBA, J. Participação, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 44, p. 58-68.
- MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. CHAUDON, A. (Trad.). Brasília: Universidade de Brasília, 1982 [1911].
- MILBRATH, L. *Political participation*. Boston: University Press of America, 1965.
- MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Revista Lua Nova*, n. 26, p. 5-51, 1992.
- MOISÉS, J. A., CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Revista Opinião Pública*, v. 14, n. 1, jun. p. 1-42, 2008.
- MOSCA, G. *La classe política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 [1896].
- O'DONNELL, G. *Pobreza y desigualdad en América Latina: Algunas reflexiones políticas*. In: TOCKMAN, V.; O'DONNELL, G. *Pobreza y desigualdad en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, p. 69-93, 1999.
- PARETO, V. Pareto. RODRIGUES, J. A. (Org.). São Paulo: Ática.
- PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; BRAGA, S.; FUKS, M. (Orgs.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.
- PRZEWORSKI, A. *Democracia e mercado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. MONJARDIM, L. A. (Trad.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REIS, E. Percepção da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.
- REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Revista Lua Nova*, n. 26, p. 81-131, 1992.
- RIBEIRO, E. A. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*.

- Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- \_\_\_\_\_. Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, p. 195-218, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Confiança política na América Latina: evolução recente determinantes individuais. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 271-297, 2009.
- RIBEIRO, E. A., BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 83-110, 2008.
- RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.
- RIPARI, A. *Entre o público e o privado: uma análise dos discursos e das inflexões do terceiro setor ou "Empreendedores de Outsiders"*. Relatório final de projeto de iniciação científica vinculado ao CNPq. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 126-149, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a07.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.
- SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-37, 2006.
- TONELLA, C. Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública em cidades da Região Metropolitana de Maringá – PR. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011. *Anais...* Belo Horizonte: World Association for Public Opinion Research, 2011.
- \_\_\_\_\_. Participação social, cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 6, 2008. *Anais...* Campinas: Associação Brasileira de Ciência Política, 2008.
- \_\_\_\_\_. Conselhos municipais de políticas públicas na região de Maringá. In: FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; SOUZA, N. R. de (Orgs.). *Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, p. 181-219, 2004.
- URBINATI, N. Representação como *advocacy*: um estudo sobre deliberação

democrática. *Revista Política e Sociedade*, v. 9, n. 16, p. 51-88, 2010.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America*. Chicago: University of Chicago, 1972.

WORLD Values Survey. *2005-2006 World Values Survey*. Michigan: World Values Survey, 2006.